

Baudel *Wanderley, Maria de Nazareth. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural.** En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?.* Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4

Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de CLACSO

<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>

biblioteca@clacso.edu.ar

A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural

— Maria de Nazareth Baudel Wanderley*

Introdução

A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de problemas –desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais etc– surgem, aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

A ruralidade, o desenvolvimento rural, o desenvolvimento local no Brasil moderno são hoje temas em debate na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural.

No presente trabalho, gostaria de propor algumas idéias centrais que norteiam minha percepção sobre esta problemática. Não terei condições, certamente, de desenvolver cada uma delas, porém as formulo enquanto *hipóteses de trabalho*, sob a forma de tópicos, que estão sendo desenvolvidas em minha pesquisa atual.

* Professora Visitante na UFPE. Bolsista do CNPq.

O rural permanece nas sociedades modernas, como um espaço específico e diferenciado

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estou, portanto, supondo a existência de um qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). Dada a grande diversidade de situações encontradas no meio rural, considero de grande necessidade e urgência a elaboração de tipologias que evitem generalizações precipitadas e que, ao mesmo tempo, consiga articular os diversos “tipos” observados em um quadro geral de análise.

O continuum rural-urbano expressa as relações entre dois pólos que se interrelacionam

O fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é frequentemente expresso através do conceito de continuum rural-urbano. Este conceito –tanto quanto o de urbanização do campo– é utilizado em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão “urbano-centrada” (Rambaud, 1973), que privilegia o pólo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, desenvolvido, num movimento que Elena Sarraceno comparou ao de “vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só –o urbano– se “enchia”, enquanto o outro –o rural– só podia, conseqüentemente, esvaziar-se” (1996). Levada às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de

nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

A segunda vertente, ao contrário da primeira, considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações.

A afirmação da permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural. Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. O que parece mais importante a registrar é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”.

É importante observar que esta abordagem sobre a pertinência do recorte campo-cidade, como forma de apreender as diferenças espaciais e sociais nas sociedades modernas, se enriquece hoje no novo contexto gerado pelos processos de globalização/mundialização e o pós-fordismo. Com efeito, a revalorização dos espaços locais, a capacidade de organização e de pressão revelada pelos movimentos sociais que se reclamam do “rural” e do “agrícola” –particularmente na Europa e os próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macroregionais sobre os espaços rurais– reiteram a existência do rural, como espaço específico e como ator coletivo.

O espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante

O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum,

mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades. É esta complexidade que constitui, precisamente, o objeto dos estudos rurais. Considero extremamente enriquecedora desta formulação, a pesquisa de Carlos Rodrigues Brandão sobre o município de São Luís de Paraitinga, São Paulo, na qual o autor expõe a forma como compreende as relações entre o que chama os “lugares da vida”: o sertão, o sítio, o bairro, a vila e a cidade (1995)¹.

Se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não pode supor o fim do rural. Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural. A perspectiva proposta por Ricardo Abramovay, sobre esta questão me parece de grande pertinência (1998). Não se trata, portanto, de substituir uma categoria pela outra.

O pequeno município é parte integrante do mundo rural

No Brasil, parcela significativa da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios. Este fato é evidente no Nordeste, onde 40,3% da população rural se encontram nos municípios com até 20 mil habitantes (78,9%, no conjunto dos municípios com até 50 mil habitantes). Embora em proporções menores, o mesmo ocorre em São Paulo, onde 31,9% da população rural vive em municípios com até 20 mil habitantes (52,7% no conjunto dos municípios com até 50 mil habitantes).

Apesar desta semelhança – seria necessário verificar este mesmo processo em outros Estados – observa-se que existem duas formas distintas de ocupação do espaço municipal. A população paulista dos pequenos municípios é minoritária, em relação ao conjunto do Estado – apenas 19,4% vivem nos municípios com até 50 mil habitantes (8,8% naqueles cuja população não ultrapassa os 20 mil habitantes). Além disso, ela se encontra sobretudo nas sedes municipais, sendo, portanto, segundo os critérios do IBGE, uma população urbana. De fato, da população dos municípios com até 20 mil habitantes apenas 25% vivem no meio rural, proporção que atinge 38,6%, se se considera o conjunto dos municípios com até 50 mil habitantes.

Ao contrário do que acontece em São Paulo, na região nordestina os pequenos municípios abrigam a maioria da população da região. De fato, 50,6% dos nordestinos vivem em municípios com até 50 mil habitantes. Além disso, mais da metade da população destes municípios é constituída pela população rural: 57,7%, no caso dos municípios com até 20 mil habitantes e 51%, nos municípios entre 20 mil e 50 mil. A tabela abaixo sintetiza estes dados:

Tabela 1

**1996. São Paulo. População dos pequenos Municípios
(Até 50 mil habitantes)**

	Municípios com até 20 mil habitantes (A)	Municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes (B)	Municípios com até 50 mil habitantes (A+ B)
População total	3.008.256	3.611.994	6.620.250
% sobre a população total do Estado	8,8	10,6	19,4
População rural	750.892	490.596	1.241.488
% da população rural sobre a população rural total do Estado	31,9	20,8	52,7
% da população rural sobre a população total da categoria de municípios considerada	25,0	13,6	38,6

Fonte: Cálculos a partir de: IBGE. "Contagem da população". 1996.

Tabela 2

**1996. Nordeste. População dos pequenos Municípios
(Até 50 mil habitantes)**

	Municípios com até 20 mil habitantes (A)	Municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes (B)	Municípios com até 50 mil habitantes (A+ B)
População total da categoria de municípios considerada	10.875.895	11.775.784	22.651.679
% sobre a população total da região	24,3	26,3	50,6
População rural	6.274.892	6.010.283	12.285.175
% da população rural sobre a população rural total da região	40,3	38,6	78,9
% da população rural sobre a população total da categoria de municípios considerada	57,7	51,0	54,2

Fonte: Cálculos a partir de: IBGE. "Contagem da população". 1996.

A pequena dimensão dos municípios e sua estreita dependência do mundo rural é um fato reconhecido no processo de urbanização nacional em seu conjunto e os estudiosos da cidade a ele se referem com termos extremamente expressivos, entre os quais: “vida urbana morta” (Florestan Fernandes); “municípios semi-rurais” (Juarez R. Brandão Lopes); “cidades não urbanas” (Vilmar Faria). A fronteira entre estes espaços e o espaço propriamente urbano também é vista de forma diversa. George Martine, por exemplo, estabelece como limite, o patamar da população total não inferior a 20 mil habitantes, enquanto Vilmar Faria propõe uma definição ainda mais restrita da população urbana, correspondendo às “pessoas vivendo nas sedes urbanas dos municípios”, ao mesmo tempo que considera cidades, apenas “as sedes municipais com mais de 20 mil habitantes.”

Estes dados apontam para um importante campo de reflexão a respeito das particularidades da urbanização nos pequenos municípios, e neles, as relações campo-cidade que me parece ainda pouco desenvolvida entre nós.

A grande propriedade patronal no Brasil está na origem de uma “ruralidade dos espaços vazios”

Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar a “questão rural” na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela que é vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a “paridade” socio-econômica em relação à população urbana, ou, pelo menos a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos.

No Brasil, os espaços vazios são, antes de mais nada, a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal. Para perceber a significação deste processo basta considerar a dimensão das áreas “improdutivas”, associada à quantidade de trabalhadores agrícolas, antes residentes nas grandes fazendas, que foram expulsos do campo nas últimas décadas. O grau de influência da grande propriedade patronal sobre a dinâmica da vida local poderia ser utilizado como uma das variáveis a considerar para a elaboração de uma tipologia dos espaços rurais.

Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política².

No Brasil, os agricultores familiares constituem parcela importante e significativa da população rural

Desenvolve-se hoje, sobretudo no meio acadêmico, importantes pesquisas que tentam e compreendem a importância e o significado da agricultura e dos agricultores no meio rural. Penso que, além da mensuração dos dados disponíveis, deve-se ressaltar, igualmente, a significação da família dos agricultores para o meio rural, sejam ou não, eles, a maioria da população.

Pode-se formular, a este respeito, a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. A pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente –e diria mesmo, cada vez mais– a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar.

Estas famílias, pluriativas ou não, são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Da mesma forma, o “lugar” da família, isto é, o patrimônio fundiário familiar constitui um elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Daí, a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial³. Em consequência, o estudo do lugar dos agricultores não pode deixar de tratar de questões tais como:

- a) o caráter polivalente e pluriativo do potencial de trabalho das famílias dos agricultores;
- b) os valores e as práticas familiares de valorização (ou tentativas de valorização, mesmo nas condições mais adversas) do patrimônio familiar;
- c) os valores e as práticas familiares de valorização da educação como meio de ascensão pessoal e de aperfeiçoamento profissional;
- d) os valores e as práticas sociais que reforçam o sentimento de pertencimento a um lugar e de identidade territorial;
- e) os esforços já realizados no sentido da integração com a cidade e o mundo urbano e de implantação de formas associativas diversas no meio rural;
- f) a presença no meio rural, em função precisamente dos agricultores familiares, de uma grande quantidade de quadros técnicos, vinculados sobretudo a instituições governamentais e de militantes de organizações não governamentais.

A dinâmica do meio rural nordestino depende, para o bem ou para o mal, do desempenho da agricultura e de suas condições de funcionamento

Considerando apenas as últimas décadas, este desempenho foi particularmente afetado por uma série de fatores negativos: a ocorrência recente de secas sucessivas, a erradicação da cultura do algodão em toda a zona semi-árida, a crise, que parece definitiva, do setor açucareiro regional e a redução das possibilidades de migração extra-regional. No entanto, apesar destes fatores de crise, no Nordeste, como em outras regiões do País, a agricultura, ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização. Com efeito, se a crise dos setores tradicionais da agricultura afeta negativamente a economia do Nordeste, é, a partir da agricultura e da agroindústria que estão sendo gestados novos pólos dinâmicos do desenvolvimento regional. Situados em zonas delimitadas e explorando vantagens comparativas, estes pólos agro-industriais vêm tentando ocupar os chamados “nichos de mercado”, tanto o mercado nacional como, sobretudo, o mercado internacional.

As conseqüências da implantação destas atividades ultrapassam, efetivamente, os quadros do setor agrícola, atingindo o conjunto da economia e da sociedade locais⁴.

Além da expansão destas atividades, estudos mais recentes sobre o meio rural brasileiro apontam para o crescimento de atividades não agrícolas, sobretudo na área de serviços, nos moldes do que vem ocorrendo nos países avançados da Europa e da América do Norte. Neste sentido, o meio rural não seria apenas o lugar da produção agrícola, mas também um espaço diferenciado, capaz de oferecer à população urbana, padrões de residência específicos e formas de lazer ligadas ao contato com a natureza. Esta tendência é, evidentemente, mais forte nas regiões mais urbanizadas do País, particularmente no Sudeste e no Sul, mas o meio rural do Nordeste também está integrado a este processo. São inúmeras as indicações hoje disponíveis, a respeito da expansão das residências secundárias em certas áreas rurais e do turismo rural, este, em grande parte associado ao patrimônio natural e ao calendário das festividades tradicionais de cada região. É importante, no entanto, registrar que as possibilidades do desenvolvimento destas atividades estão diretamente dependentes por um lado, do maior acesso das populações urbanas a formas diversificadas de lazer e, por outro lado, aos padrões de qualidade e conforto que o meio rural pode oferecer a seus visitantes. Neste sentido, vale lembrar que boa parte do meio rural nordestino não dispõe sequer de rede elétrica ou saneamento básico.

A fragilidade da urbanização do Nordeste funciona como um desestímulo ao desenvolvimento rural da região

A Contagem da População efetuada pelo IBGE, em 1996, registrou, na região Nordeste, uma população rural de 15.575.505 habitantes. Apesar de decrescente, desde 1980, a importância relativa deste contingente é inegável. De fato, em primeiro lugar, ele corresponde a 45,8% dos efetivos rurais de todo o País (de 33.997.406). Isto tem levado estudiosos e planejadores a insistir no caráter “nordestino” da “questão rural” brasileira, particularmente nas últimas décadas. Em segundo lugar, mesmo considerando o processo, por muitos apontados, da “desruralização” da população, os “rurais” nordestinos equivalem hoje a quase 35% da população total da região, com variações entre os Estados que vão de 26% em Pernambuco a 48%, no Maranhão. Estes dados nos permitem supor que a “questão regional” nordestina passa, de uma certa forma, pela solução dos problemas rurais.

Para além desta dimensão propriamente rural, deve-se registrar as formas que assume o processo de urbanização na região nordestina. Aqui, fora das áreas metropolitanas, apenas 3 municípios funcionam como grandes polos interioranos, com população entre 250 mil e 500 mil. Da mesma forma, são pouco numerosos -30 no total- os municípios, cuja população total variava, em 1996, entre 100 mil e 250 mil, correspondendo a apenas 10% da população regional. Estes municípios parecem, de fato, constituir centros populacionais mais dinâmicos no interior dos Estados, mas estão concentrados, sobretudo na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão.

Estes dados nos permitem afirmar que uma das grandes limitações no processo de desenvolvimento regional é, precisamente, a fragilidade da urbanização, cujo processo foi incapaz de criar centros dinâmicos no interior da região, que –como aponta Ricardo Abramovay (1998)– para outras regiões do País, estivessem em condições de descentralizar, em níveis satisfatórios, as iniciativas econômicas, principalmente no que se refere à instalação de indústrias e à disseminação de redes de serviços e de promover o desenvolvimento das forças sociais existentes nas pequenas aglomerações e nos espaços rurais. Como afirma Maria do Livramento Miranda Clementino “a maioria dos municípios do Nordeste tem uma frágil estrutura produtiva. A tradição agrícola regional definiu uma estrutura urbana deficitária, formada essencialmente por pequenos municípios, com função de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo “mandonismo local”, cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra” (1997).

A consequência direta deste quadro é que a dimensão do “problema rural” é bem maior do que os números da “desruralização” indicam e seu enfrentamento exige tratamentos especiais da relação campo-cidade, especialmente, a relação que envolve a pequena cidade em seu conjunto - sede do município e seu entorno rural.

Areforma agrária é um componente essencial do desenvolvimento rural no Brasil

Areforma agrária é, sem dúvida, o caminho para resolver a questão da terra que permanece pendente até hoje no País. Adisseminação de assentamentos, na medida em que estes se tornam uma “sementeira” de agricultores familiares, permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento, que existem na agricultura familiar, até então desperdiçadas. Parece-me particularmente promissora a multiplicação de estudos sobre os assentamentos da reforma agrária que introduzem novas questões a respeito da “nova” ou “renovada” inserção dos assentados na vida rural. Assim, além do desempenho econômico dos assentamentos, creio de grande interesse a pesquisa sobre as demais “conquistas” dos assentamentos, tais como, a melhoria do padrão nutricional, a ênfase que vem sendo dada à educação e à formação dos jovens e a dinamização da economia e da sociedade locais.

Uma avaliação dos impactos da reforma agrária teria que, necessariamente, levar em conta a capacidade dos assentamentos instalados em repovoar e reanimar a vida rural e de integrar os habitantes do campo à sociedade local.

Conclusão

A proposta central deste trabalho é a reiteração da necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural:

- a) que seja baseado em uma *concepção* do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento;
- b) que se constitua como um *movimento*, capaz de envolver, sob todas as formas, os habitantes do meio rural em sua diversidade, bem como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores, no Governo, nas Universidades, nas ONG e nos movimentos sociais; elas são as que mais conhecem o meio rural em sua complexidade, as que demonstram maior sensibilidade para os problemas rurais, tendo criado, de uma certa forma, uma “cultura rural” e integrado às forças sociais para o desenvolvimento;
- c) que defina *pressupostos e objetivos* que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais:
 - considerar o habitante do meio rural como um cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político;

- favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades, entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais;
- d) que, reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegure que as *políticas voltadas para a agricultura*:
- recuperem produtivamente o potencial de terras e recursos naturais, hoje “desperdiçados”, de forma a revitalizar socialmente os espaços vazios ou esvaziados;
 - valorizem o patrimônio natural e cultural do meio rural, inclusive seu “patrimônio” produtivo;
 - favoreçam não o proprietário, mas o produtor;
 - considerem a agricultura familiar como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna;

Bibliografia

Abramovay, Ricardo 1998 *Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural; agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Relatório de Pesquisa.

Brandão, Carlos Rodrigues 1995 *A partilha da vida* (São Paulo: GEIC/Cabral).

Clementino, Maria do Livramento Miranda 1997 *Receitas municipais e grau de dependências dos pequenos municípios do Nordeste*. Relatório de Pesquisa.

Faria, Vilmar 1984 (2ª edição) “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos”, in Almeida, Maria Hermínia T. de (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. (São Paulo, Brasiliense).

Fernandes, Florestan (org.) 1973 *Comunidade e sociedade no Brasil; leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil* (S. Paulo: Nacional).

Godoi, Emilia Pietrafesa de 1999 *O trabalho da memória; cotidiano e história no sertão do Piauí* (Campinas: UNICAMP).

IBGE 1996 *Contagem da População* (Brasília).

Lopes Juarez, Rubens Brandão 1978 *Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil* (São Paulo: Nacional).

Marin, Maria Cristina de Melo 1984/1985 “Migração sem urbanização: o caso da cidade paraibana de Serra Branca”, in Raizes, C. Grande, Volume 4, Nº 4/5 Jan/Dez, pp. 197-203.

Martine George y Garcia, Ronaldo Coutinho 1987 *Os impactos sociais da modernização agrícola* (São Paulo: Caetés).

Medeiros, Leonilde S. y Leite, Sérgio (org.) 1999 *A formação dos assentamentos rurais no Brasil; processos sociais e políticas públicas* (P. Alegre: UFRGS, R. Janeiro, CPDA).

Norder, Luis Antonio Cabello 1997 *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho* (Campinas: UNICAMP). Dissertação de Mestrado.

Rambaud, Placide 1973 “Village et urbanisation. Problèmes sociologiques”, in *Études Rurales* (Paris) Nº 49/50, Jan/Jui, pp. 14-32. (Número Especial: “L’urbanisation des campagnes”).

Sarraceno, Elena 1996 *O conceito de ruralidade; problemas de definição em escala européia* (Unine: CRES). Trad. Angela Kageyama.

Silva, Aldenor y Gomes da (s/d) *Atividades não agrícolas no rural potiguar; uma “nova” opção de emprego no campo* (Natal, s/n).

Silva, Aldenor y Gomes da 1999 *Características e transformações no rural do Rio Grande do Norte*. Relatório de Pesquisa.

Silva, José Graziano da 1995 “Urbanização e pobreza no campo”, in Ramos, Pedro y Reydon, Bastiaan P. (orgs.) *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas* (Campinas: ABRA).

Vilela, Sergio Luiz de Oliveira 1999 *Globalização e emergência de múltiplas ruralidades; reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado* (Campinas: UNICAMP). Tese.

Notas

1 • O sertão: “é o lugar onde, por oposição aos campos com matas, existem apenas matas sem campos, algumas impenetráveis, de um lado ou do outro da Serra” (p. 62).

• O sítio: “o sertão se transforma: é conquistado e dá lugar ao mundo onde se mora e trabalha como camponês”(p. 64).

• O bairro: “O oposto mais próximo do sertão é o bairro... visto como um lugar ainda plenamente rural, mas já não selvagem e é o lugar da vida para onde converge o trabalho camponês... o bairro é o lugar que torna estável a cultura rural e, sobretudo, faculta que se torne comunitária a vida familiar dos sítios” (p. 66).

• A vila: “a vila é o lugar para onde convergem os bairros de perto...Assim como os vários bairros são vistos, um a um, como uma conquista do trabalho sobre o sertão... a vila também é percebida como o desdobramento do bairro e uma espécie de conquista da cidade sobre ele... lugar simbólico entre o bairro e a cidade, a vila é também o lugar social da passagem da vida de um à outra” (p. 69).

• A cidade, “um espaço de trocas oposto ao bairro e à vila, domínios da cultura (camponesa).” Os moradores do campo passam a lidar com as cidades - também elas diferenciadas - em função de seus negócios, de seus “compromissos com o poder”, do acesso aos recursos que elas podem oferecer e, finalmente, um lugar de destino para muitos.

2 Ver especialmente o conjunto das pesquisas reunidas no Projeto Rurbano, do Instituto de Economia da UNICAMP, sob a coordenação de José Graziano da Silva.

3 Ver, entre outros, Godoi (1999).

4 Ver as pesquisas do Projeto Rurbano feitas nos estados do Nordeste, especialmente Silva (s/d e 1999) e Vilela (1999).